



RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Mensagem da Administração

Senhores Acionistas,
A administração da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro encaminha para apreciação de V.Sas. o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, acompanhadas do parecer dos auditores independentes.

APRESENTAÇÃO

O MetrôRio tem sob seu controle a administração, manutenção e operação das Linhas 1 e 2 do sistema metroviário do Rio de Janeiro, com 41 km de extensão e 35 estações.

O contrato de concessão foi renovado em 2007 por mais 20 anos. A Companhia assumiu, junto ao Governo do Estado, a responsabilidade de investir de R\$ 1,15 bilhão para modernização do sistema devendo duplicar a oferta de lugares nos próximos anos para mais de 1,1 milhão de passageiros por dia.

DESTAQUES DO ANO

A seguir, os eventos que foram destaque no ano de 2012:

- Maior oferta de lugares aos passageiros com o início da operação dos Novos Trems;
- Melhorias operacionais, como regularidade e redução do intervalo de trens, ampliações e automatizações no Centro de Manutenção, que podem ser comprovadas pela redução de 53% no número de evacuações em relação a 2010 e pelo cumprimento dos índices operacionais previstos no contrato de concessão;
- Redução do nível de endividamento;
- Atuação em responsabilidade social com a realização de 20 projetos, beneficiando aproximadamente 19.500 pessoas;
- Referência no mercado em práticas de inclusão de pessoas com deficiência, sendo considerado o mais acessível do mundo entre os metrô com mais de 10 anos de operação.

CONJUNTURA ECONÔMICA

O Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 0,9% em 2012, totalizando R\$ 4,4 trilhões, de acordo com IBGE. Em 2011, o PIB cresceu 2,7%. A inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), encerrou o ano em 5,84% (6,50% em 2011).

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO (CONSOLIDADO)

Informações selecionadas (R\$ mil)	Exercício de 2012	Exercício de 2011
Passageiros (em milhares)	186.904	179.871
Receita de Serviços	506.902	452.660
EBITDA	196.748	150.959
Margem EBITDA *	34,0%	28,3%
Lucro/Prejuízo Líquido	530	(81.885)

Resultados

A receita de serviços alcançou R\$506.902 em 2012 (R\$452.660 em 2011), sendo R\$479.018 (R\$426.680 em 2011) referentes à receita com a prestação do serviço de transporte de passageiros e R\$27.884 (R\$25.980 em 2011) referente à receita com locação de espaço físico e veiculação de anúncios. O custo de serviços atingiu R\$323.142 em 2012 (R\$312.781 em 2011), representado, principalmente, pelos gastos com pessoal, energia elétrica, materiais e serviços de manutenção, depreciações e amortizações. Tendo um aumento de 3,2% em relação ao ano de 2011.

Em 2012, o EBITDA somou R\$196.748 (R\$150.959 em 2011) e a margem EBITDA foi de 34,0% (28,3% em 2011). O EBITDA foi composto da seguinte forma:

R\$ mil	2012	2011
Resultado do exercício	530	(81.885)
(-) IR e CS Diferidos	158	(28.290)
(+) Despesas financeiras	224.370	263.518
(-) Receitas financeiras	(121.324)	(102.497)
(+) Depreciação e Amortização	93.014	100.113
EBITDA	196.748	150.959
Margem % EBITDA *	34,0%	28,3%

* calculada sobre a receita operacional líquida

O resultado financeiro foi negativo em R\$103.046, motivado, principalmente, pelos juros referentes às Debêntures Privadas e financiamentos junto ao BNDES e Caixa Econômica Federal.

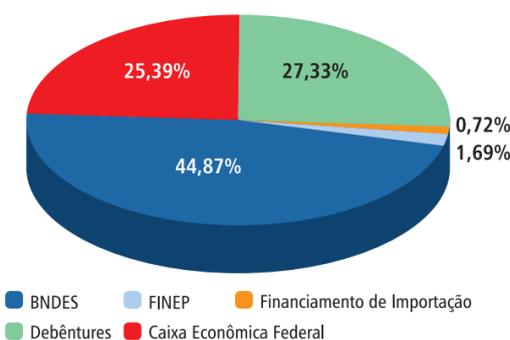
Investimentos

O total de investimentos realizado pela Companhia em 2012 foi de R\$250.551 (R\$175.847 em 2011), aplicados, principalmente, nos projetos relacionados às obrigações do Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, que incluem a aquisição de novos carros-metrô e da construção da estação Uruguai, além da realização de investimentos de modernização do sistema metroviário, dos sistemas de energia, controle de tráfego, ventilação, sinalização e implementação de acessibilidade universal em todas as estações.

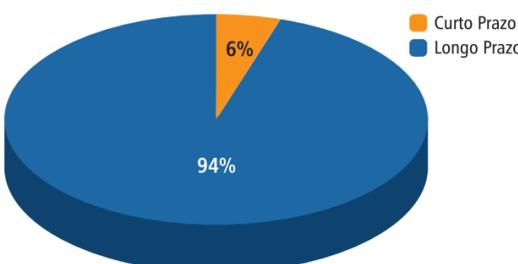
Endividamento

A dívida bruta alcançou R\$966.474 em 2012 (R\$1.402.335 em 2011). Seguem abaixo os detalhes da composição:

Composição do Endividamento por Modalidade



Composição do Endividamento por Prazo



RESPONSABILIDADE SOCIAL

Compromisso da Companhia:

O compromisso do MetrôRio começa nos trilhos, mas se estende por toda cidade. Por isso, a Companhia apoia iniciativas como treinamentos, cursos, programas ambientais, sociais, artísticos, culturais e educacionais. O principal objetivo da Companhia é reforçar os vínculos com seus colaboradores, com as comunidades localizadas em áreas próximas às estações e, principalmente, com a sociedade, visando um Rio de Janeiro com mais qualidade de vida. Abaixo, algumas dessas iniciativas:

MetrôRio adere ao Pacto Global

O MetrôRio é signatário do Pacto Global, uma iniciativa desenvolvida pela Organização das Nações Unidas (ONU), que visa mobilizar empresas do mundo inteiro na adoção de boas práticas nas áreas de direitos humanos, direitos do trabalho, meio ambiente e anticorrupção.

Uma iniciativa para o bem de toda a cidade

O MetrôRio patrocina o Rio Como Vamos. Trata-se de uma iniciativa que monitora a gestão municipal, através de pesquisas que avaliam o que as pessoas pensam sobre diversos aspectos da cidade, como saúde, educação, transporte, meio ambiente, entre outros.

Estação Alegria: Consientização desde a infância

Estudantes visitam o MetrôRio e aprendem sobre cidadania, responsabilidade social e meio ambiente. Mensalmente, o MetrôRio recebe cerca de 40 crianças, com idades entre 7 e 12 anos, estudantes das redes pública e particular de ensino. É oferecida uma visita guiada pelas dependências da Companhia. Os alunos também têm a oportunidade de assistir a palestras dos profissionais do MetrôRio e realizar atividades lúdicas que solidificam o aprendizado.

Conselho Brasileiro de Voluntariado Empresarial (CBVE)

Desde 2008, O MetrôRio é uma das empresas participantes do Conselho Brasileiro de Voluntariado Empresarial, que tem como objetivo principal incentivar, qualificar, fortalecer e disseminar o trabalho voluntário nas Empresas, Institutos e Fundações Empresariais associadas, principalmente por meio de:

- Consolidação de conceitos e ideias relacionados ao voluntariado empresarial;
- Intercâmbio de experiências;
- Produção e disseminação de conhecimento;
- Identificação e divulgação de ferramentas de gestão, monitoramento e avaliação.

RECURSOS HUMANOS

A valorização dos recursos humanos é uma questão estratégica para a Companhia, que investe continuamente no crescimento profissional e satisfação de seus colaboradores. A Companhia mantém políticas de remuneração e benefícios compatíveis com as melhores práticas de mercado.

Em 2012, o MetrôRio encerrou o exercício com 2.380 colaboradores (2.196 em 2011) em seu corpo funcional.

OUTRAS INFORMAÇÕES

As demonstrações financeiras do MetrôRio, aqui apresentadas, estão de acordo com os pronunciamentos emanados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e por sua vez, convergentes às normas internacionais de contabilidade - IFRS, com números devidamente confrontados por auditoria independente. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos Auditores Independentes.

Como determina a Instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, informamos que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, nossos Auditores Independentes não prestaram nenhum outro serviço além do acima referido.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09 de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer da Ernst & Young Terco Auditores Independentes, emitido nesta data, e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos que contribuíram para o êxito alcançado pela Companhia neste exercício.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2013.

A ADMINISTRAÇÃO

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	18.133	25.734	18.133	25.736
Aplicações financeiras (Nota 4)	140.042	237.282	140.042	237.282
Créditos a receber (Nota 5)	1.649	3.801	1.649	3.801
Estoques (Nota 6)	15.464	12.631	15.464	12.631
Impostos a recuperar (Nota 7.a)	5.157	13.436	5.157	13.436
Adiantamento a fornecedores	9.807	1.836	9.807	1.836
Partes relacionadas (Nota 8)	400	-	400	-
Outros	5.139	6.328	5.139	6.328
Total do ativo circulante	195.791	301.048	195.793	301.050
Não circulante				
Aplicações financeiras (Nota 4)	25.307	28.527	25.307	28.527
Créditos a receber (Nota 5)	5.445	4.365	5.445	4.365
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 7)	69.077	65.550	69.077	65.550
Depósitos judiciais (Nota 14)	42.592	32.899	42.592	32.899
Investimentos (Nota 11)	2	2	-	-
Imobilizado (Nota 9)	203.085	169.856	203.085	169.856
Intangível (Nota 10)	2.054.168	1.938.196	2.054.168	1.938.196
Total do ativo não circulante	2.399.676	2.239.395	2.399.674	2.239.393
Total do ativo	2.595.467	2.540.443	2.595.467	2.540.443
Passivo				
Circulante				
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	54.290	240.815	54.290	240.815
Debêntures (Nota 12)	2.429	38.415	2.429	38.415
Fornecedores	36.651	27.694	36.651	27.694
Impostos, taxas e contribuições a pagar (Nota 7.b)	8.854	5.924	8.854	5.924
Salários, provisões e contribuições sociais	13.874	16.201	13.874	16.201
Concessões de serviços públicos (Nota 13)	255.330	347.933	255.330	347.933
Participações a empregados (Nota 18)	6.000	6.661	6.000	6.661
Serviços a prestar	2.252	6.489	2.252	6.489
Partes relacionadas (Nota 8)	2.451	-	2.451	-
Outras obrigações	453	4.782	453	4.782
Total do passivo circulante	382.584	694.914	382.584	694.914
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	646.504	622.828	646.504	622.828
Debêntures (Nota 12)	261.701	498.712	261.701	498.712
Concessões de serviços públicos (Nota 13)	47.628	58.318	47.628	58.318
Impostos, taxas e contribuições (Nota 7.c)	205	1.930	205	1.930
Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais (Nota 14)	11.166	12.752	11.166	12.752
Total do passivo não circulante	967.204	1.194.540	967.204	1.194.540
Patrimônio líquido (Nota 15)				
Capital social	1.344.160	750.000	1.344.160	750.000
Prejuízo acumulado	(98.481)	(99.011)	(98.481)	(99.011)
Total do patrimônio líquido	1.245.679	650.989	1.245.679	650.989
Total do passivo e patrimônio líquido	2.595.467	2.540.443	2.595.467	2.540.443

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto prejuízo básico e diluído por lote de mil ações, expresso em reais)

	2012		2011	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Receita de serviços	506.902	506.902	452.660	452.660
Receita da construção	72.463	72.463	81.199	81.199
Receita operacional líquida (Nota 23)	579.365	579.365	533.859	533.859
Custos de serviços (Nota 23)	(323.142)	(323.142)	(312.781)	(312.781)
Custo da construção (Nota 23)	(70.982)	(70.982)	(78.603)	(78.603)
Lucro bruto	185.241	185.241	142.475	142.475
Receitas (despesas) operacionais				
Gerais, administrativas e com vendas (Nota 23)	(81.996)	(81.996)	(88.326)	(88.326)
Outras receitas (despesas) operacionais - líquidas	489	489	(3.303)	(3.303)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	103.734	103.734	50.846	50.846
Resultado financeiro				
Receitas financeiras (Nota 16)	121.324	121.324	102.497	102.497
Despesas financeiras (Nota 16)	(224.370)	(224.370)	(263.518)	(263.518)
Total resultado financeiro	(103.046)	(103.046)	(161.021)	(161.021)
Lucro/Prejuízo antes dos impostos sobre os lucros	688	688	(110.175)	(110.175)
Imposto de renda e contribuição social (Nota 7)	(158)	(158)	28.290	28.290
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	530	530	(81.885)	(81.885)
Número médio ponderado de ações durante o período (mil)	1.135.538	1.135.538	725.391	725.391
Resultado básico e diluído por lote de mil ações	0,47	0,47	(112,88)	(112,88)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais)

	Controladora e Consolidado	
	2012	2011
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	530	(81.885)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultado abrangentes do período, líquidos de impostos	530	(81.885)
Atribuível a		
Acionistas controladores	530	(81.885)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais)

	2012		2011	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro/Prejuízo antes dos impostos	688	688	(110.175)	(110.175)
Ajustes para reconciliar o resultado com o caixa gerado pelas atividades operacionais				
Depreciações e amortizações	93.014	93.014	100.113	100.113
Baixa de imobilizado e intangível	8.335	8.335	1.353	1.353
Variações monetárias, cambiais e encargos - líquidas	139.710	139.710	190.752	190.752
Ajuste a valor presente	6.747	6.747	11.648	11.648
Margem de construção	(1.481)	(1.481)	(2.596)	(2.596)
Outros	(3.550)	(3.550)	(4.364)	(4.364)
243.463	243.463	186.731	186.731	
(Aumento) redução nos ativos operacionais				
Contas a receber de clientes	1.072	1.072	2.949	2.949
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.594	4.594	(41)	(41)
Depósitos judiciais	(7.627)	(7.627)	(7.894)	(7.894)
Estoques	(2.833)	(2.833)	1.548	1.548
Outros créditos	(7.182)	(7.182)	(3.739)	(3.739)
Aumento (redução) nos passivos operacionais	8.957	8.957	(17.814)	(17.814)
Fornecedores	(2.327)	(2.327)	2.724	2.724
Obrigações com empregados e administradores	(10.117)	(10.117)	1.163	1.163
Impostos, taxas e contribuições	(145.075)	(145.075)	(57.066)	(57.066)
Outras obrigações e contas a pagar	(6.115)	(6.115)	1.642	1.642
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	76.810	76.810	110.203	110.203
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de intangível	(186.117)	(186.117)	(129.812)	(129.812)
Aplicação financeira	100.460	100.460	(245.018)	(245.018)
Aquisição				



(ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. Os impostos diferidos ativos são decorrentes de prejuízos fiscais, diferenças temporárias, base negativa de imposto de renda e contribuição social, e foram constituídos em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o lucro (IAS 12), levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.12. Plano de previdência e outros benefícios aos empregados

A Companhia concede benefícios a empregados, incluindo planos de pensão e aposentadoria, assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência.

O CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados (IAS 19) dá orientações sobre os cálculos, definições de premissas, registros e limitações aos registros de ativos atuariais em função de obrigações futuras ou restrições legais ou contratuais sobre estes ativos.

A quantia reconhecida no balanço em relação aos passivos dos planos de benefícios pós-aposentadoria da Companhia representa o valor presente das obrigações, excluindo ganhos e perdas atuariais não reconhecidas. O custo de proporcionar benefícios pós-aposentadoria é apropriado na demonstração de resultados durante os períodos que beneficiam os serviços do empregado.

2.13. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por lote de mil ações - utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por ação (IAS 33).

2.14. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

A Companhia identificou o passivo sujeito ao ajuste a valor presente concessões de serviços públicos. As taxas de juros implícitas de 4,8% a.a., aplicadas, foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

2.15. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da controladora e consolidado da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que exquiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Benefícios de aposentadoria

O custo de planos de aposentadoria e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data base.

Ao determinar a taxa de desconto adequada, a Administração considera as taxas de juros de debêntures emitidas por corporações de elevada solvência e títulos do Tesouro Nacional com vencimento correspondente à duração da obrigação. A qualidade dos títulos é revisada, e aqueles com um spread de crédito excessivo são excluídos da população de títulos os quais são utilizados para identificar a taxa de juros.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, vide Nota Explicativa 15.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas mensalmente.

2.16. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03(R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7).

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.17. Instrumentos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelas caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos e instrumentos com característica de hedge. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, créditos a receber e adiantamentos.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: empréstimos e financiamentos e debêntures.

b) Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

A Companhia avaliou seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da Administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e contas a receber, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos

financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge. Derivativos, incluído os derivativos embutidos que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio de resultado.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.18. Informações por segmento

Em função da concentração de suas atividades no transporte público de passageiros a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio e suas operações não são controladas e gerenciadas pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

2.19. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.20. Contratos de concessão

A Companhia contabiliza os contratos de concessão conforme o ICPC 01 (R1), que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo do respectivo contrato de concessão.

3. Contratos de concessão

A Companhia detém contrato de concessão para exploração de serviços públicos de transporte metroviário de passageiros, como tal, estas atividades são submetidas à contabilização conforme o ICPC 01 (R1). Segue abaixo um breve descritivo do contrato:

A Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - MetrôRio detém o direito exclusivo de operar e explorar as concessões das Linhas 1 e 2 do metrô da cidade do Rio de Janeiro por meio da arrecadação derivada da venda de passagens de diversos serviços, inclusive de viagens integradas com operadoras de outros modais de transporte, nos termos do Edital de Leilão PED/ERJ nº 01/97-Metrô, do respectivo Contrato de Concessão e de seus aditivos, esses últimos firmados entre o MetrôRio e o Governo do Estado do Rio de Janeiro. Além da receita com passagens, o MetrôRio faz jus a receitas acessórias, dentre as quais, de exploração comercial de espaços disponíveis nas áreas objeto da concessão.

O MetrôRio é responsável por administrar, operar, conservar, manter e reparar o sistema metroviário do Rio de Janeiro. Como parte da concessão, o Poder Concedente transferiu ao MetrôRio a posse dos bens destinados e vinculados à prestação dos serviços, dentre eles: imóveis, trens e demais bens; sendo responsabilidade do MetrôRio zelar pela integridade dos bens que lhes foram cedidos.

Em 27 de dezembro de 2007, o MetrôRio firmou com o Poder Concedente o Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, prorrogando a concessão, sob condição resolutiva, até 27 de janeiro de 2038. Até aquele momento, com base nos termos até então vigentes, a concessão se encerraria em 27 de janeiro de 2018. A prorrogação da concessão se deu em contrapartida a: (i) investimentos a serem realizados pelo MetrôRio, a título de pagamento da outorga da concessão, na implementação de novas estações metroviárias, aquisição de novos trens e modernização das operações; (ii) composição de litígios até então existentes entre a Concessionária, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, a Companhia do Metropolitan do Rio de Janeiro - CMRJ (em liquidação) e a Companhia de Transportes Sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro - RIOTRILHOS; e (iii) assunção de obrigações de parte a parte.

O Contrato determinava, e o Aditivo manteve, o reajuste anual da tarifa unitária de acordo com a variação do Índice Geral de Preços-Mercado ("IGP-M"), conforme divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

No evento da extinção do contrato de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, bem como direitos e privilégios vinculados à concessão. O MetrôRio terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou não depreciado dos bens ou investimentos que ele tenha feito ao longo do período em que explorar a respectiva concessão, respeitando os termos do Parágrafo 22º, da Cláusula 17ª do Aditivo. O contrato de concessão foi classificado como ativo intangível à medida em que a Companhia possui o direito de cobrar pela prestação dos serviços públicos. Este direito não constitui direito incondicional de receber caixa, uma vez que os valores a serem recebidos derivam da utilização dos serviços públicos prestados pela Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 não houve alteração relevante no contrato de concessão.

4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Caixa e bancos	1.184	11.189	1.186	11.191
Certificado de depósitos bancários - CDB	16.949	14.293	16.949	14.293
Outros	–	252	–	252
Caixa e equivalentes de caixa	18.133	25.734	18.135	25.736
Fundo cambial exclusivo (a)				
Letras financeiras de tesouro	97.001	190.541	97.001	190.541
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional	43.041	40.168	43.041	40.168
Outros	–	8.327	–	8.327
	140.042	239.036	140.042	239.036
Aplicações financeiras - fixas				
Certificado de depósitos bancários - CDB	9.684	8.913	9.684	8.913
Fundos não exclusivos de investimento de renda fixa	8.582	8.023	8.582	8.023
Operações compromissadas	7.041	9.837	7.041	9.837
	25.307	26.773	25.307	26.773
	165.349	265.809	165.349	265.809
Aplicações financeiras Circulante	158.175	263.016	158.177	263.018
Não circulante	25.307	28.527	25.307	28.527

(a) Nos termos do contrato de financiamento e repasse obtido junto a Caixa Econômica Federal, os recursos destinados ao fluxo de pagamento das obrigações constituídas nos termos do contrato de concessão (aquisição de novos trens) devem ser alocados em conta específica para este fim; e consequentemente não são de pronta disponibilidade para Administração da Companhia.

O montante aplicado em moeda doméstica refere-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários e aplicações financeiras em renda fixa, remuneradas a taxas que variam entre 75% e 102% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e com liquidez imediata.

De acordo com os termos da Cláusula 8ª, Parágrafo 3º, do Aditivo, em 31 de dezembro de 2012, o montante destinado para realização de melhorias extraordinárias no sistema metroviário da Cidade do Rio de Janeiro é de R\$ 3.396 e não há restrição de movimentação destes recursos.

Parte das aplicações financeiras demonstradas acima, que somam R\$ 25.307, está vinculada a processos judiciais, garantia de empréstimos e financiamentos e do contrato de concessão, conforme divulgado na Nota Explicativa 13, e descrito abaixo:

- R\$ 2.564, (intermediador Banco Safra S.A.), R\$ 4.610, (intermediador Banco Bradesco S.A.) e R\$ 3.399, (intermediador Banco Itaú BBA) referem-se a garantias para contratação de cartas de fiança, cuja finalidade é servir de garantia nos processos judiciais que visam impedir a responsabilização da Companhia por cumprimento de decisões judiciais, proferidas em ações movidas contra a CMRJ e/ou a RIOTRILHOS antes da tomada de posse pela Concessionária e nos contratos de fornecimento de serviço.
- R\$ 822, (Banco Bradesco S.A.) referem-se a valores bloqueados judicialmente nas aplicações financeiras para atender a processos trabalhistas e cíveis.
- R\$ 8.582, referem-se à aplicação em fundo de investimento mantida pela Companhia junto à instituição Itaú BBA para garantir os empréstimos contratados em 7 de maio de 2008, 6 de fevereiro de 2009 e 16 de setembro de 2009 junto ao BNDES. Mais detalhes sobre esta operação estão descritos na Nota Explicativa 12.
- R\$ 5.330, refere-se à aplicação em CDB mantida pela Companhia junto à Caixa Econômica Federal para garantir o financiamento contratado em 30 de junho de 2010 junto à Caixa Econômica Federal.

5. Créditos a receber

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Circulante				
Venda de passagens (a)	1.030	1.196	1.030	1.196
Locação de espaço físico e veiculação de anúncios (b)	4.487	3.799	4.487	3.799
Outros títulos a receber	80	73	80	73
Menos provisão para créditos duvidosos	(3.948)	(1.267)	(3.948)	(1.267)
Créditos a receber circulante - líquido	1.649	3.801	1.649	3.801
Não circulante				
Estado do Rio de Janeiro				
Gratuidades a compensar (c)	5.445	4.365	5.445	4.365
Créditos a receber não circulante	5.445	4.365	5.445	4.365

Os valores relativos a créditos a receber são:

- Receita de passagens a prazo a clientes corporativos, receita em custódia da transportadora de valores;
- Receita acessória (contratos com terceiros de cessão de espaço e veiculação de anúncios); e
- Valores a receber do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Movimentação na provisão para créditos duvidosos				
Saldo no início do período	(1.267)	(5.743)	(1.267)	(5.743)
Adições	(3.199)	(514)	(3.199)	(514)
Reversões	518	4.663	518	4.663
Baixa	–	327	–	327
Saldo no fim do período	(3.948)	(1.267)	(3.948)	(1.267)



CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S/A
CNPJ nº 10.324.624/0001-18

Estado do Rio de Janeiro - Gratuidades a compensar - Lei nº 4.510/05 e Lei nº 5.359/08

Em 23 de dezembro de 2008, através da Lei nº 5.359/08, o Governo do Estado do Rio de Janeiro alterou o Artigo 6º da Lei nº 4.510/05, onde definiu que a isenção concedida por essa Lei será custeada diretamente pelo Estado, por meio de repasse de verba da Secretaria de Estado de Educação e da Secretaria de Estado de Assistência Social e de Direitos Humanos, em procedimento a ser regulamentado pelo Poder Executivo. Adicionalmente, a Lei nº 5.359/08 estabeleceu que o valor de R\$1,00, correspondente ao valor de cada viagem realizada, será atualizado na mesma data e na mesma proporção da tarifa praticada nas linhas e serviços de transportes coletivos de passageiros do Estado do Rio de Janeiro. A Companhia encontra-se no aguardo da publicação do referido regulamento.

A Companhia recebeu o montante de R\$ 1.026 referentes à gratuidade estudantil em 2011 e R\$ 865 no ano de 2012.

6. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Materiais auxiliares e de manutenção e bilhetes	10.540	7.703	10.540	7.703
Adiantamento a fornecedores	369	3.540	369	3.540
Importações em andamento	4.555	1.388	4.555	1.388
Total	15.464	12.631	15.464	12.631

7. Impostos a recuperar e diferidos, taxas e contribuições

a) Impostos a recuperar - circulante

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Imposto de renda e contribuição social	5.150	12.129	5.150	12.129
Outros	7	1.307	7	1.307
Total	5.157	13.436	5.157	13.436

b) Impostos, taxas e contribuições a pagar - circulante

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
PIS e COFINS	2.017	1.852	2.017	1.852
ISS	1.019	1.167	1.019	1.167
ICMS	374	11	374	11
Imposto de renda retido na fonte	3.283	1.583	3.283	1.583
Taxa AGETRANSP-RJ	907	492	907	492
INSS s/ terceiros	785	-	785	-
Outros	469	819	469	819
Total	8.854	5.924	8.854	5.924

c) Impostos, taxas e contribuições a pagar - não circulante

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Imposto de renda e contribuição social	-	1.722	-	1.722
PIS e COFINS	205	208	205	208
Total	205	1.930	205	1.930

d) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente. Se houver fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções, essas projeções serão revisadas durante o exercício pela Companhia.

Os fundamentos e as expectativas para realização dos ativos e obrigações fiscais diferidos estão apresentados a seguir:

Natureza	2012	2011	Fundamento para realização
Prejuízo fiscal	21.854	23.596	Pela apuração de lucros futuros tributáveis, compensáveis com prejuízo fiscal.
Base negativa de contribuição social	8.048	8.675	Pela apuração de lucros futuros tributáveis, compensáveis com base negativa de contribuição social.
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.681	1.781	Realização pelo recebimento ou efetivação da perda, ou ainda pela aquisição de dedutibilidade face ao ajuizamento da cobrança e prazo de vencido maior que 2 anos. Expectativa de realização conforme o julgamento das causas (ações judiciais cuja perda é considerada provável).
Provisão para contingências	4.507	4.774	Expectativa de realização conforme pagamento da outorga complementar.
Excesso amortização outorga suplementar	13.579	8.158	Expectativa de realização conforme pagamento.
Variação cambial não realizada	15.555	13.346	
Outros	2.853	5.220	
Total	69.077	65.550	

A Administração da Companhia considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, consequentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
2013	2.342	8.303	2.342	8.303
2014	1.373	7.506	1.373	7.506
2015	7.122	10.813	7.122	10.813
2016	18.477	14.480	18.477	14.480
2017 em diante	39.763	24.448	39.763	24.448
Total	69.077	65.550	69.077	65.550

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Lucro / (Prejuízo) contábil antes do imposto de renda e contribuição social	688	(110.175)	688	(110.175)
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(234)	37.460	(234)	37.460
Ajustes no lucro líquido que afetam o resultado do exercício	(2.753)	(9.170)	(2.753)	(9.170)
Adições permanentes	2.829	-	2.829	-
Outros	(158)	28.290	(158)	28.290

8. Partes relacionadas

As operações entre partes relacionadas sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou companhias sob controle comum, são efetuadas às taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações financeiras. Em relação aos mútuos da Companhia com suas partes relacionadas, esclarecemos que ocorrem em função da necessidade de caixa destas sociedades para o funcionamento das suas respectivas atividades, sendo sujeitas aos encargos financeiros descritos abaixo.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Composição

Parte relacionada	Transação	2012				Receitas (Despesas)	
		Ativo		Passivo			Resultado
		Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante		
INVEPAR	Nota de débito	400	-	2.451	-	(12.667)	
INVEPAR	Debênture	-	-	-	-	(37.794)	
LAMSA	Debênture	-	-	2.429	154.170	(4.634)	

Remuneração dos Administradores

A remuneração dos Administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, está composta por honorários, gratificações, assistência médica e dentária, como demonstrado no quadro abaixo:

Composição	2012			2011		
	Diretoria	Conselho	Total	Diretoria	Conselho	Total
Pró-labore	2.664	-	2.664	3.038	-	3.038
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho	207	-	207	967	-	967
Participação nos resultados	352	-	352	2.688	-	2.688
Outros benefícios	220	-	220	149	-	149
Encargos	625	-	625	600	-	600
Total	4.068	-	4.068	7.442	-	7.442

Conforme termos de renúncia de remuneração assinada pelos conselheiros em 30 de abril de 2012, renunciaram qualquer remuneração pelo exercício da função.

Contrato de mútuo

Em 05 de março de 2012, a Companhia firmou contrato de mútuo com a INVEPAR no montante de R\$ 100.000. Este contrato possuía o vencimento em treze dias, com encargos financeiros à taxa 100% do CDI, acrescido de sobretaxa de 0,2% a.m. calculados *pro rata die*. O contrato foi totalmente quitado em 01 de junho de 2012.

Debêntures

Conforme descrito na nota explicativa 12, em 15 de março de 2010 a Companhia efetuou emissão privada de debêntures, que foram integralmente subscritas por seu acionista controlador.

Conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de junho de 2012, foi homologado o aumento do capital social da Companhia, por conversão das debêntures, no valor de R\$ 514.160, mediante a emissão de 598.769.564 (quinhentas e noventa e oito milhões, setecentas e sessenta e nove mil, quinhentas e sessenta e quatro) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 0,858693853.

Conforme descrito na nota explicativa 12 em 31 de julho de 2012 a Companhia efetuou emissão de debêntures no montante de R\$ 154.170, adquiridas pela Linha Amarela S.A.

Serviços

A Companhia firmou contrato de empreitada em regime de preço global com a Construtora OAS Ltda. para a execução de obras de implantação da futura estação metroviária Uruguaí.

O regime de execução destes serviços, cujo prazo é de 24 meses, é o de empreitada global, e o preço acordado entre as partes foi de R\$ 147.563, devendo os pagamentos serem realizados em parcelas mensais, de acordo com a evolução física dos serviços apurada mensalmente. O valor dos serviços em 31 de dezembro de 2012 somam R\$ 70.073.

Contas a receber e a pagar

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possui contas a receber referente a despesas administrativas que foram repassadas para a sua controladora no valor de R\$ 400.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possui contas a pagar para com a sua controladora no valor de R\$ 2.451.

9. Imobilizado

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %		Controladora e Consolidado			
	Saldo em 2010	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2011	
Imobilizado						
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros	11,48%	58.154	10.901	-	2.386	71.441
Benfeitorias em máquinas, veículos e equipamentos de terceiros	12,60%	115.796	6.319	-	12.224	134.339
Máquinas e equipamentos	12,60%	18.786	5.100	-	133	24.019
Móveis e utensílios	10%	6.381	607	-	(278)	6.710
Veículos	20%	2.400	238	(117)	-	2.521
Equipamentos de computação	20%	4.696	1.644	-	-	6.340
Sistemas aplicativos de software	20%	1.955	87	-	-	2.042
Imobilizado em andamento		21.079	97	-	-	21.176
Peças sobressalentes		12.278	13.925	-	(14.096)	12.107
Adiantamento a fornecedores		1.316	4.521	-	(369)	5.468
Imobilizado bruto		242.841	43.439	(117)	-	286.163
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros		(675)	(166)	-	-	(841)
Benfeitorias em máquinas, veículos e equipamentos de terceiros		(70.134)	(23.150)	-	-	(93.284)
Máquinas e equipamentos		(6.228)	(2.376)	-	-	(8.604)
Móveis e utensílios		(2.866)	(651)	-	-	(3.517)
Veículos		(1.385)	(1.685)	82	-	(2.988)
Equipamentos de computação		(3.736)	(1.806)	-	-	(5.542)
Sistemas aplicativos de software		(1.301)	(230)	-	-	(1.531)
Depreciação acumulada		(86.325)	(30.064)	82	-	(116.307)
Imobilizado líquido		156.516	13.375	(35)	-	169.856

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %		Controladora e Consolidado			
	Saldo em 2011	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2012	
Imobilizado						
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros	11,48%	71.441	16.046	-	2.115	89.602
Benfeitorias em máquinas, veículos e equipamentos de terceiros	12,60%	134.339	8.035	(28)	9.442	151.788
Máquinas e equipamentos	12,60%	24.019	3.287	(14)	95	27.387
Móveis e utensílios	10%	6.710	707	(27)	73	7.463
Veículos	20%	2.521	-	(29)	48	2.540
Equipamentos de computação	20%	6.340	1.542	(374)	41	7.549
Sistemas aplicativos de software	20%	2.042	210	(2.252)	-	-
Imobilizado em andamento		21.176	18.675	(24)	(408)	39.419
Peças sobressalentes		12.107	12.637	(204)	(11.632)	12.908
Adiantamento a fornecedores		5.468	1.813	(5.718)	226	1.789
Imobilizado bruto		286.163	62.952	(8.670)	-	340.445
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros		(841)	(1.489)	-	2.183	(147)
Benfeitorias em máquinas, veículos e equipamentos de terceiros		(93.284)	(16.113)	-	(6.755)	(116.152)
Máquinas e equipamentos		(8.604)	(1.057)	2	(2.500)	(12.159)
Móveis e utensílios		(3.517)	(262)	-	(79)	(3.858)
Veículos		(2.988)	(950)	-	2.037	(1.901)
Equipamentos de computação		(5.542)	(1.429)	357	3.471	(3.143)
Sistemas aplicativos de software		(1.531)	(112)	-	1.643	-
Depreciação acumulada		(116.307)	(21.412)	359	-	(137.360)
Imobilizado líquido		169.856	41.540	(8.311)	-	203.085

Os investimentos em imobilizado da Companhia consistem essencialmente na aquisição de bens e serviços necessários a realização da operação, benfeitorias no material rodante (carros metrô), nas estruturas das vias, nas estações, no Centro de Manutenção, no Centro de Controle Operacional e na aquisição de equipamentos de tecnologia da informação.

De acordo com o CPC01 (R1)/IAS 36, "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados anualmente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, não havia bens do ativo imobilizado dados em garantia de empréstimos ou a processos de qualquer natureza.

10. Intangível

	Controladora e Consolidado			
	Saldo em 2010	Adições	Baixas	Saldo em 2011
Concessão de serviços públicos				
Outorga principal (até janeiro de 2018) (a)	311.389	-	-	311.389
Outorga suplementar (até janeiro de 2018) (b)	162.940	-	-	162.940
Outorga principal e suplementar (2018-2038) (c)	738.592	129.846	(1.318)	867.120
Concessão (decorrente de aquisição de controle) (d)	932.843	-	-	932.843
Direito de software	5.111	2.562	-	7.673
Outros	14	-	-	14
Total intangível bruto	2.150.889	132.408	(1.318)	2.281.979
Outorga principal (até janeiro de 2018)	(158.777)	(5.778)	-	(164.555)
Outorga suplementar (até janeiro de 2018)	(29.166)	(5.038)	-	(34.204)
Outorga principal e suplementar (2018-2038) (c)	(26.505)	(26.696)	-	(53.201)
Concessão (decorrente de aquisição de controle)	(56.405)	(32.168)	-	(88.573)
Direito de software	(2.881)	(369)	-	(3.250)
Amortização acumulada (e)	(273.734)	(70.049)	-	(343.783)
Total intangível líquido	1.877.155	62		



21. Instrumentos financeiros

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado bem como na avaliação da situação econômico financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2012. Esses valores estão representados substancialmente por disponibilidades e valores equivalentes, contas a receber, empréstimos e financiamentos, debêntures e obrigações com o Poder Concedente.

	2012			2011		
	Valor Justo	Custo amortizado	Total	Valor Justo	Custo amortizado	Total
Instrumentos financeiros						
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	18.133	-	18.133	25.734	-	25.734
Aplicação financeira	165.349	-	165.349	241.647	-	241.647
Valores a receber	-	7.094	7.094	-	8.166	8.166
Total do ativo	183.482	7.094	190.576	267.381	8.166	275.547
Passivos						
Empréstimos e financiamentos	-	700.794	700.794	-	863.643	863.643
Debêntures	-	264.130	264.130	-	537.127	537.127
Obrigações com Poderes Concedentes	-	302.958	302.958	-	406.251	406.251
Total do passivo	-	1.267.882	1.267.882	-	1.807.021	1.807.021

b) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado:

- Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

c) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI, as taxas de juros dos financiamentos tomados junto ao BNDES e FINEP estão vinculadas à variação da TJLP, taxa de juros Notas Promissórias estão vinculados à variação da DI (Taxa DI) e taxa de juros da Debênture Conversível está vinculada ao IPCA.

d) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem primariamente de caixa e bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

e) Risco de taxa de câmbio

Os resultados da Companhia poderão sofrer variações decorrentes da volatilidade da taxa de câmbio em função das obrigações que a mesma assumiu quando da assinatura do Aditivo, particularmente, com relação à aquisição de carros metrô, conforme detalhado na nota explicativa 13, considerando-se que os carros serão adquiridos no mercado externo. Adicionalmente, de acordo com as informações prestadas nas notas explicativas 4 e 12, a Companhia possui aplicações financeiras e empréstimos no exterior, respectivamente.

f) Operação de derivativos

A Companhia adota uma política conservadora em relação a derivativos, fazendo uso desses instrumentos somente quando há necessidade de proteção de passivos, sejam de natureza operacional ou financeira, ou ainda, eventualmente, de algum ativo. Adicionalmente, os valores destas operações são dimensionados e limitados para cumprir apenas com esses passivos, ou, como exposto, eventualmente algum ativo, vedada a alavancagem através de tais operações. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia não possuía operações com característica de *hedge*. No ano de 2011, a Companhia contratou operações para proteção cambial de passivo com o Banco HSBC Bank. Todas as operações contratadas foram liquidadas no próprio exercício. As operações liquidadas geraram uma perda líquida de R\$19.734, registrada na demonstração de resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

g) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos de oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e financiamentos os quais não estão protegidos por instrumentos financeiros derivativos de *hedge*.

No quadro abaixo, são considerados: (i) três cenários, sendo cenário provável o adotado pela Companhia e (ii) cenários variáveis chave com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações das variáveis chave nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além do cenário provável, a CVM através da

Instrução nº 475, de 17 de dezembro de 2008, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o requerimento da CVM.

Operação	Risco	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Aplicações financeiras	DI	11.475	14.344	17.213
Empréstimos e financiamentos				
BNDES	TJLP	(150.356)	(178.276)	(206.195)
FINEP	TJLP	(5.824)	(6.442)	(7.059)
	Taxa Câmbio			
Financiamento importação	R\$/US\$	(638)	(798)	(957)
Financiamento CEF	TR	(238.645)	(240.784)	(242.922)
Debênture LAMSA (CEF)	TR	(137.737)	(138.803)	(139.845)
Debênture HSBC	DI	(91.577)	(118.757)	(149.674)
Referência para passivos financeiros				
TJLP (% ao ano)		5,00%	6,25%	7,50%
TR (% ao ano)		0,29%	0,36%	0,44%
DI (% ao ano)		6,94%	8,68%	10,41%
Taxa de câmbio média (R\$/US\$)		R\$ 2,50	R\$ 3,13	R\$ 3,75

h) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	2012	2011
Empréstimos e financiamentos	700.794	863.643
Debêntures	264.130	537.127
Caixa e equivalentes de caixa	(33.570)	(25.734)
Aplicações financeiras	(151.918)	(265.809)
Dívida líquida	779.436	1.109.227
Patrimônio líquido	1.246.262	650.989
Patrimônio líquido e dívida líquida	2.025.698	1.760.216

i) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários e debêntures.

22. Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41, a Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	Controladora	
	2012	2011
Resultado básico e diluído por ação		
Numerador		
Resultado líquido do período atribuído aos acionistas da Companhia	530	(81.885)
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	1.135.538	725.391
Resultado básico e diluído por ação	0,47	(112,88)

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas informações trimestrais.

A Companhia não possui instrumentos diluidores em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, e consequentemente, não há diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

23. Receitas, custos e despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar suas demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

Receitas

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Receita com passagens	510.349	454.614	510.349	454.614
Receitas acessórias	30.963	28.691	30.963	28.691
Receita da construção	72.463	81.199	72.463	81.199
Impostos e contribuições sobre a receita	(34.410)	(30.645)	(34.410)	(30.645)
Receita de serviços líquidas	579.365	533.859	579.365	533.859

Custos e despesas

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Gerais e administrativas	(173.291)	(182.763)	(173.291)	(182.763)
Pessoal e encargos	(138.833)	(118.231)	(138.833)	(118.231)
Depreciação e amortização	(93.014)	(100.113)	(93.014)	(100.113)
Custo de Construção	(70.982)	(78.603)	(70.982)	(78.603)
	(476.120)	(479.710)	(476.120)	(479.710)
Custo de serviços	(323.142)	(312.781)	(323.142)	(312.781)
Custo da construção	(70.982)	(78.603)	(70.982)	(78.603)
Despesas gerais e administrativas	(81.996)	(88.326)	(81.996)	(88.326)
	(476.120)	(479.710)	(476.120)	(479.710)

A DIRETORIA

CONTADOR

Leandro Ferreira Gonçalves - CRC RJ: 105435/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Conselheiros, Acionistas e Diretores da

Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - MetrôRio

Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - MetrôRio ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - MetrôRio em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - MetrôRio em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na Nota 2.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - MetrôRio, essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto.

Outros custos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2013

ERNST & YOUNG TERCO

Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ

Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC - 1RJ 090.174/O-4